



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680356 - RS (2021/0220037-0)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : MARCO ALFREDO MEJIA  
**ADVOGADO** : MARCO ALFREDO MEJIA - RS029095  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : MARCOS WATERLOO NUNES DE MELLO (PRESO)  
**CORRÉU** : MARCO AURELIO SANTOS RODRIGUES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS WATERLOO NUNES DE MELLO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC 70085035665).

O paciente foi preso preventivamente, em 12/4/2017, pela suposta prática do crime de homicídio.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na formação da culpa, estando o paciente preso há mais de 4 anos sem que tenha sido proferida sentença de pronúncia.

Reitera que "o período de duração da prisão preventiva configura uma demora inadmissível, pois trata-se de cerceamento da liberdade sem o devido fundamento legal que justifique tamanha demora, sendo que a custódia prolonga-se por MAIS DE 4 ANOS, extrapolando qualquer juízo de razoabilidade no caso em tela" (fl. 7).

Afirma que, diante das condições pessoais favoráveis do paciente, a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, ou, subsidiariamente, a fixação de medidas cautelares diversas, ou, ainda, a substituição pela prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

*HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. A legalidade da decretação da prisão preventiva já foi objeto de habeas corpus anterior, no qual foi mantida a segregação. PEDIDO DE INSPEÇÃO NO PRESÍDIO ONDE SE ENCONTRA SEGREGADO O PACIENTE. NÃO CONHECIMENTO. O pedido visa a uma determinação ao Juízo das Execuções para inspecionar o estabelecimento prisional onde se encontra o paciente, que não estaria prestando cuidados médicos necessários aos internos, além de não isolar infectados com a covid-19, promovendo dolosa/culposamente a disseminação da doença. Esta Câmara não tem competência para determinar que uma autoridade judicante –diversa, repito, da apontada como coatora na inicial –exerça atividade que, por previsão legal, é inerente ao seu cargo, especialmente quando sequer é alegado (quanto menos comprovado) que descumpriu esse dever. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. O princípio da razoável duração do processo não impõe tempo exato para a conclusão de determinado feito ou ato processual; imprescindível é verificar, em cada caso concreto, a razoabilidade do tempo decorrido, consideradas suas peculiaridades. Caso concreto em que, pelas informações obtidas em consulta ao site do TJRS, tem-se que o processo transcorre normalmente, sem período de inatividade injustificada ou qualquer indício de desídia na sua condução. A instrução já havia sido encerrada quando o Ministério Público apresentou aditamento à denúncia a fim de corrigir erro material, o que acarretou a necessidade de citação dos acusados. Ainda assim, não vislumbro excesso de prazo, considerando que a prova oral já foi coletada e o feito se encontra praticamente pronto para julgamento da 1ª fase do procedimento do Juri. HABEAS CORPUS CONHECIDO PARCIALMENTE E, NA PARTE CONHECIDA, ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente